

A tensão externa

Clon-Brasil

por Getúlio Bittencourt
de São Paulo

29 SET 1986

GAZETA MERCANTIL

O Brasil vai precisar de dinheiro novo para consolidar a sua Nova República e, sobretudo, para ficar em dia com a terceira revolução industrial, a tecnológica. E o que lhe permitirá chegar ao século XXI, no limiar do mundo desenvolvido, é o que o ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, está persistentemente tentando.

Caso os credores internacionais não façam nenhum gesto nesse sentido, porém, o governo do presidente José Sarney está disposto a tomar medidas unilaterais que levem a seus objetivos. Poderia ser, por exemplo, a limitação unilateral do atual nível de pagamentos da dívida externa, como disse a este jornal, na sexta-feira, um dos mais

influentes assessores do presidente da República.

Em muitos níveis, e com diferentes nomes, essa idéia permeia toda a gestão econômica da Nova República — mas nunca havia alcançado, como agora, os setores mais moderados da coligação no poder. Durante certo tempo, antes do Plano Cruzado, o endurecimento com o sistema financeiro internacional chegou a ser visto como a criação de uma figura benéfica internamente, a do inimigo externo. A operação rompimento permitiria ao presidente Sarney fazer uma revolução interna.

Mas ele prudentemente evitou essa saída política e encontrou uma saída brilhante pela reforma financeira e cômoda, embora complicada a médio prazo, pelo congelamento. O endurecimento externo nunca foi descartado, e sua ponta

mais visível era a recusa terminante de um acordo com o FMI.

A força da idéia de limitar o pagamento dos juros e do principal da dívida externa está hoje em que não se trata mais apenas de uma saída política; seria também uma saída econômica, com fortes reflexos no Terceiro Mundo, em geral, e na América Latina, em particular — onde hoje o Brasil desfruta de uma expressiva liderança regional.

O nó da sobrevivência do recente regime democrático brasileiro é econômico, segundo está convencido o próprio presidente Sarney. Sem um vigoroso programa de redistribuição de renda, este país sem tradição democrática e sem partidos políticos poderia tornar-se, como Sarney esteve disposto a dizer aos americanos, uma enorme Nicarágua.

Hoje o presidente brasileiro e seus principais assessores, tanto econômicos quanto políticos, estão seguros de que nenhuma redução no déficit público seria capaz de gerar os recursos necessários para manter a economia crescendo. Eles não fogem da recessão apenas porque entendem que seria uma solução socialmente injusta, mas sobretudo porque sabem que seriam varridos do poder por algum velho cabode-guerra ou por convulsões sociais.

Tudo isso encaminha inexoravelmente o governo Sarney para um confronto com os credores externos. No setor político do governo cresce a impressão de

que a redução unilateral dos pagamentos, seguida de um aumento nas importações brasileiras de produtos do Primeiro Mundo, dificilmente produziria reações desestabilizadoras do exterior.

“O que eles poderiam fazer? Prender num aeroporto um avião da Varig? Não creio, porque outros países fizeram mais que isso e não aconteceu nada”, raciocinava para este jornal, na sexta-feira, um influente ministro de Estado.

Embora ressalte que o Plano Cruzado foi realizado sem nenhuma ingerência externa, o mesmo ministro nota que ele realizou com apoio da população praticamente tudo que se pretendia que o Brasil fizesse. Nem o inegável sucesso do plano alterou a postura inflexível dos credores externos. O próximo passo do governo Sarney deverá ser o do endurecimento. Seu resultado prático, o alívio na economia, serviria mais para viabilizar o País que para consolidar o regime. Mas ajudaria ambos.